



INEDITORIAL



FENIX DO BRASIL SAUDE - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLITICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

CNPJ 64.029.101/0004-10 - Av. Presbítero Manoel Antonio Dias Filho, 1.558 - Térreo - Pq Resid Jundiaí - Jundiaí - SP

Relatório da Administração

SENHORES MEMBROS ASSOCIADOS E PÚBLICO EM GERAL, a seguir, apresentamos as Demonstrações Financeiras que foram e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, tendo a entidade "FENIX DO BRASIL", no exercício de 2019 mantido como sua principal atividade e fonte de recursos os contratos de apoio a gestão de saúde celebrados com o poder público na esfera municipal, não obstante, a entidade vem buscando novas parcerias para o desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

São Paulo, 04 de Fevereiro de 2020

Balanco Patrimonial do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2019 - Em reais			
ATIVO	2019	PASSIVO	2019
CIRCULANTE	16.713.414	CIRCULANTE	16.713.414
DISPONIBILIDADES	1.774.398	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	187.532
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.774.398	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	48.694
		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS e PREVIDENCIARIAS	138.838
CRÉDITOS	14.913.883	OUTRAS OBRIGAÇÕES	16.525.882
CRÉDITOS DE ATIVIDADES SOCIAIS A RECEBER	14.913.883	PROVISÕES	497.665
		CONTAS A PAGAR	1.114.334
OUTROS CRÉDITOS	25.133	DÉBITOS ATIVIDADES SOCIAIS	14.913.883
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	25.133		
		NÃO CIRCULANTE	43.531.719
NÃO CIRCULANTE	43.531.719	DÉBITOS ATIVIDADES SOCIAIS	43.531.719
CRÉDITOS	43.531.719		
CRÉDITOS DE ATIVIDADES SOCIAIS A RECEBER	43.531.719	PATRIMONIO SOCIAL	-
ATIVO TOTAL	60.245.133	PASSIVO TOTAL	60.245.133

Demonstração de Resultado do Exercício - Em reais		Demonstrativo de Fluxo de Caixa (MÉTODO INDIRETO) - Em Reais	
	2019		2019
Receita Operacional Bruta	14.889.611	Atividades Operacionais	
Receitas Públicas - Jundiaí	14.889.611	Superávit / (Déficit) do Período	0
		Ajustes:	
Resultado Operacional Bruto	14.889.611	Caixa gerado pela Atividade	0
Despesas/Receitas Operacionais	(14.889.611)		
Despesas com Pessoal	(6.007.376)	Variações de Ativos e Passivos	
Despesas Administrativas	(7.802.621)	Créditos de Atividades Sociais a Receber	0
Despesas Tributárias	(34.136)	Adiantamentos	(25.133)
Resultado Financeiro Líquido	15.550	Obrigações Tributárias	48.694
Outras Despesas Operacionais	(1.061.028)	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	138.838
		Provisões	497.665
		Contas a Pagar	1.114.334
		Caixa Líquido Gerado pelas Atividades	1.774.398
Superávit (Déficit) Líquido do Exercício	0	Atividades de Investimentos	0
		Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	0
		Aumento Líquido do Caixa	1.774.398
		Disponibilidades	
		No início do exercício	0
		No fim do exercício	1.774.398
		Variações das Disponibilidades de Caixa no período	1.774.398

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício Findo em 31/12/2019, em Reais

Por se tratar de uma Entidade associativa com objetivos filantrópicos e sem fins lucrativos goza de algumas isenções e imunidades previstas na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, que estabelece e consideram-se entidades e organizações de assistência social, aquelas que prestam serviços sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8742/93, bem como as que atuam na defesa e garantia dos direitos consagrados na Carta Magna"

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A entidade mantém como seu principal objetivo, apoiar, incentivar, desenvolver e promover: a saúde, assistência social, redimensionamento dos espaços físicos de próprios, públicos e particulares.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaborada e estão sendo apresentadas de acordo como as práticas contábeis adotadas no Brasil e NBC TG - 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e as disposições aplicáveis as sociedades sem finalidade de lucro (Resolução nº 926 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)).

a) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da Entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências fisco legais.

b) Caixa e Equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

c) Créditos Atividade Sociais a Receber

A receber da Prefeitura Municipal de Jundiaí, decorrente do contrato de gestão nº 002/2018 inicialmente reconhecidas por valores originais no decorrer do período.

d) Adiantamentos

Referem-se substancialmente, a valores antecipados por ocasião das férias dos empregados.

e) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes, são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e, é provável, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Estimativas Contábeis

O preparo das demonstrações financeiras requer adoção de premissas e estimativas por parte da Administração sobre certos ativos e passivos e divulgação de possíveis contingências sobre o patrimônio da entidade. Considerando que isso induz julgamentos por parte da Administração, vez que envolve estimativas referentes a probabilidade de ocorrências de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo de Caixa e Equivalentes de Caixa está representado substancialmente, pelos saldos de numerários disponíveis em caixa, em contas de depósitos bancários e por recursos alocados em linha de aplicações financeiras de curto prazo.

As aplicações financeiras estão demonstradas a valores de realização, inclusive os rendimentos e variações monetárias "pro-rata" dia, incorridos até a data de encerramento dos balanços, não excedentes aos valores prováveis de realização no mercado, e estão apresentadas nas demonstrações financeiras por:

DESCRIÇÃO	SALDOS EM 31/12/2019
Bancos	2



INEDITORIAL

Aplicações Financeiras	1.774.398
TOTAL	1.774.398

4. CONTRATO DE GESTÃO

A receber da Prefeitura Municipal de Jundiá, decorrente do contrato de gestão nº 001/2017, inicialmente reconhecidas por valores originais no decorrer do período, ficam em aberto os seguintes valores para o exercício subseqüente:

CONTRATO DE GESTÃO	SALDOS EM 31/12/2019
Pref. Municipal de Jundiá - Circulante	14.913.883
Pref. Municipal de Jundiá - Não Circulante	43.531.719
TOTAL	58.445.602

5. SEGUROS

A entidade adota políticas de preservação de seu patrimônio através de cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos, considerado suficiente para a cobertura de sinistros e reposição de bens, sem prejuízo a continuidade dos negócios. O valor dos seguros contratados é considerado suficiente na opinião dos assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. As premissas de riscos adotadas, dado sua natureza, não fazem parte do escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras, em razão do que, não foram submetidas a exame por nossos auditores independentes.

6. PATRIMÔNIO SOCIAL

No patrimônio da Entidade, foi contabilizado no exercício de 2019, os recursos foram aplicados em sua totalidade na operação do contrato. Por política da Administração, caso houvesse superávits e/ou déficits apurados em cada exercício social, enquanto não aprovados por assembleia do Conselho Deliberativo, estariam apresentados no balanço patrimonial sobre a rubrica "Superávit Acumulado".

MARIA LUIZA DAS GRAÇAS NUNES
Diretora Executiva

JAIME MENDONÇA DA COSTA
CT CRC 1SP 168489/0-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da

FENIX DO BRASIL SAÚDE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLITICAS PUBLICAS DE SAÚDE

São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da FENIX DO BRASIL SAÚDE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLITICAS PUBLICAS DE SAÚDE que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FENIX DO BRASIL SAÚDE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLITICAS PUBLICAS DE SAÚDE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pela demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, ou emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

* Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança em respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

* Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-os com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de Janeiro de 2.020

SENSO AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP 005977/O-9

GUILHERME ROCHA CASTRO SOARES
CRC N° 1SP 290.834/O-4